

Secretários querem prazo maior para rolar dívida pública

por Raquel Stenzel
de Brasília

Os secretários estaduais de Fazenda solicitaram ao ministro Gustavo Krause que seja ampliado o prazo para a renegociação das dívidas estaduais. De acordo com a Lei nº 8.388, que dispõe sobre a rolagem, o prazo para assinatura dos contratos se encerra em 31 de dezembro. Krause indicou que poderá rever o prazo. Até o momento, nenhum dos estados assinou o contrato de rolagem da dívida.

O ministro Krause aproveitou a reunião para frisar que esta reforma será restrita aos tributos da União, e não afetará estados e municípios. "Nós sabíamos que essa divisão deveria ser feita" disse o secretário do Rio de Janeiro, Cibílis Viana. No seu entender, será mais fácil para o Executivo negociar com o Congresso uma reforma fiscal de emergência que atinja somente a União.

A reforma fiscal mais ampla, disse o ministro Krause, será realizada no próximo ano, dentro da reforma constitucional.

O secretário de São Paulo, Frederico Mazzucchelli acredita que a reforma fiscal de emergência, poderá beneficiar, inclusive, a rolagem das dívidas estaduais, já que contribuirá para a redução das taxas de juro.

Cibílis Viana, sugeriu ao ministro Krause que, caso seja criado o Imposto sobre Transações Financeiras (ITF), seja feita compensação no imposto de renda dos assalariados.

Em seu pronunciamento, o ministro Gustavo Krause

disse que nesta fase do governo Itamar Franco, é preciso menos recursos e mais capital político. Ele reafirmou que o ajuste fiscal de emergência é a preocupação número um e que a lealdade das relações do governo tem que ser a tônica. "O governo não pode ser exercitado como se fosse um jogo de cabo de guerra", disse.

O secretário de Fazenda de Minas Gerais, Roberto Brant, sugeriu ao ministro Krause que sejam unificadas as ações dos fiscais estaduais e federal. Esta idéia, segundo, Krause, está sendo estudada.

REGISTRO

Eletricitários negociam acordo

Os representantes dos trabalhadores no setor elétrico de todo o País estiveram ontem reunidos com o ministro das Minas e Energia, Paulino Cícero, para reivindicar reajustes entre 84,5 e 122,2%, de acordo com as faixas salariais, para a recuperação das perdas salariais dos últimos doze meses, apurou a repórter Adriana Lins.

"O ministro garantiu que a atual direção das estatais continua negociando conosco as cláusulas econômicas", afirmou o diretor do sindicato dos eletricitários da Bahia, Paulo Rangel. Além disso, Paulino Cícero prometeu a suspensão temporária das demissões, que nos últimos dois anos atingiu 13 mil eletricitários de todos os estados.